



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RCD no HABEAS CORPUS Nº 678038 - MS (2021/0207994-2)

RELATOR : **MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ**
REQUERENTE : WILSON TAVARES DE LIMA
ADVOGADOS : AURY CELSO LIMA LOPES JÚNIOR E OUTROS - RS031549
VIRGINIA PACHECO LESSA - RS057401
VITOR PACZEK MACHADO - RS097603
REQUERIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
REQUERIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

DECISÃO

Cuida-se de pedido de reconsideração interposto por WILSON TAVARES DE LIMA contra decisão de fls. 29-33, que indeferiu a liminar pleiteada neste *habeas corpus*, impetrado em seu favor, no qual foi indicado como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL (Ação Penal n. 1600857-72.2020.8.12.000).

O requerente alega que (fls. 68-69):

[...] a tecnologia disponibilizada pelo aludido Tribunal de Justiça para que os procuradores do paciente acompanhassem a sessão e proferissem sustentação oral não satisfaz adequadamente - ou minimamente - o pleno exercício da defesa. Isso porque, nessa última sessão, foi disponibilizada comunicação com os Desembargadores apenas por via de áudio, o que, além de dificultar a compreensão do julgamento pela defesa, também impossibilitou a identificação dos julgadores que se manifestaram na oportunidade, inviabilizando, portanto, o efetivo diálogo entre as partes e os Desembargadores. A falta de transmissão da sessão por vídeo impossibilitou, inclusive, que se fosse auferido o quórum mínimo necessário para a instalação de órgão especial, como é o caso dos autos.

Requer (fls. 72-73):

[...] a reconsideração do pedido liminar do presente HC, a fim de que seja garantida a participação virtual da defesa na sessão aprazada para 21/07/2021 com condições tecnológicas e operacionais adequadas

(áudio e vídeo), para que os procuradores do paciente realizem sustentação oral via telepresencial, efetivando-se, assim, o direito de defesa técnica.

Foram solicitadas ao Presidente do Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul informações acerca da efetiva disponibilização da tecnologia de videoconferência ao recorrente (fls. 76-77).

O Presidente do TJMS, ao prestar novas informações sobre o funcionamento da tecnologia disponibilizada, afirmou que (fls. 83-85):

Assim, em atenção ao solicitado, como informado pelo Diretor da Secretaria Judiciária deste Tribunal de Justiça (documento anexo), na sessão do Órgão Especial do dia 07 de julho de 2021 e que, a princípio, também será utilizada na sessão do dia 21 de julho de 2021, foi disponibilizado, por e-mail, previamente informado pelos advogados residentes fora da comarca de Campo Grande - MS, um link de acesso à plataforma Microsoft Teams, por meio do qual os advogados tiveram acesso à sala virtual com o áudio do Plenário do Órgão Especial.

Esclareceu, ainda, que no plenário foi instalado um televisor de 40 polegadas para que os Desembargadores pudessem assistir às sustentações orais, com áudio disponível a todos os presentes no plenário.

De outro giro, causa espécie ao se aferir a seriedade da reclamação contra o Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul. Neste sentir, descarta-se a impetração em demonstrar minimamente qual o prejuízo causado à defesa do paciente.

A disponibilização de áudio às partes e procuradores que acompanharam a sessão pela plataforma Microsoft Teams, diga-se, não impossibilitou - sequer dificultou em absoluto, tampouco feriu qualquer direito seja lá de quem for - muito menos impossibilitou a identificação dos Desembargadores presentes, haja vista que todos foram previamente nominados por este Presidente antes de proferirem seus votos. Igualmente, não houve impedimento à realização de sustentação oral por qualquer causídico ao longo de todo o julgamento.

É preciso, senhor Ministro, registrar o manifesto interesse das partes por seus advogados em tentar tumultuar o andamento do feito; criar fato inexistente nos autos e, principalmente, inventar "problemas" onde nada existe, pelo simples interesse em plantar nulidade que não ocorre.

Prova disso é que, não há que se falar em "efetivo diálogo entre as partes e os Desembargadores" durante a sessão de julgamento. Ora, em que jurisdição atua o e. advogado impetrante pretendendo dialogar com os julgadores? Desconheço em décadas de estudo e atuação profissional a existência de diálogo entre partes e juízes. Magistrado algum dialoga (conversa, relaciona-se) com advogado enquanto profere seu magistério. Ademais, sabidamente, inusitada situação não ocorre sequer no julgamento presencial, quanto menos no acesso a distância.

Apenas sustentação oral e apresentação de eventual questão de ordem são previstas, não havendo, diga-se, óbice ao exercício de qualquer destas hipóteses na sessão realizada no último dia 07 de julho. Não há uma única insurgência quanto ao exercício do direito de defesa pretendido - que foi totalmente acolhido todas as vezes em que buscado, mas apenas uma falácia jurídica de quem não quer se dar ao trabalho de estar fisicamente em sessão PRESENCIAL.

Uma alegação deste jaez demonstra que o causídico, ou está a lançar mão de total falta de seriedade processual afim de (tentar) procrastinar o andamento do feito, ou, então, desconhece minimamente o funcionamento do acesso remoto, onde lhe é permitido o acompanhamento a distância. Aliás, neste ponto, cabe anotar que o julgamento foi ocorreu de forma presencial, no plenário da Corte de Justiça, com intimação prévia, regular e devida, sendo a disponibilização de link às partes e seus procuradores mera permissividade regimental do Órgão julgador.

Repete-se, o advogado teve acesso integral ao julgamento, manifestando-se sempre que assim o quis, sendo ouvido em suas argumentações, ou seja, EXERCENDO O DIREITO DA DEFESA de forma inequívoca; não demonstrou qualquer efetivo prejuízo, porquanto se acompanhou a sessão e, se bem pode e teve acesso a todo o julgamento e identificação dos magistrados, não pode obrigar ao Tribunal de Justiça ou, quem sabe, em outro momento ao SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA satisfazer seu melindre, obrigando as Cortes a instalar e permanecer com vídeos dos magistrados conectados QUANDO A SESSÃO É PRESENCIAL.

Não se tratou, pois, de julgamento virtual ou mesmo telepresencial. A sessão foi presencial, com a participação dos Desembargadores, Procurador de Justiça, demais advogados e partes em plenário.

Em resumo, o advogado usou da palavra todas as vezes que assim o quis, acompanhou do início ao fim o julgamento, ouvindo de forma clara e ininterrupta todo o julgamento, e mesmo se assim não fosse, caso tivesse alguma dúvida honesta acerca do quorum bastaria consultar a ata de julgamento para saber quais os membros presentes e votantes - aliás, ponto que usa como base de seu reclamo, mas não aponta uma única ocorrência de ilegalidade (caracterizando, apenas e tão somente, interesse em prejudicar a verdade real).

O respeito que diz pretender o impetrante, é o mesmo respeito que se exige para com o Poder Judiciário, que não pode se sujeitar a questiúncula ardilosa para cavar nulidade ou exigir forma de proceder não regida por lei ou mesmo regimento.

É, no essencial, o relatório. Decido.

O deferimento do pleito liminar em sede de *habeas corpus* enseja a demonstração e comprovação, de plano, do alegado constrangimento ilegal, o que, no caso, não ocorre.

No dia 5 de julho de 2021, em tempo hábil para a realização da sessão de julgamento do dia 7/7/2021, o agravo interposto pela parte foi provido, conforme informações prestadas pela Corte do Mato Grosso do Sul.

Ademais, o Tribunal de origem informou sobre aquela sessão em que foi "disponibilizada tecnologia ao advogado, que teve acesso integral ao julgamento, manifestando-se sempre que assim o quis, sendo ouvido em suas argumentações, ou seja, EXERCENDO O DIREITO DA DEFESA de forma inequívoca" (fl. 84).

Verificar se a tecnologia funciona ou não a contento demandaria dilação probatória, o que é vedado em sede de *habeas corpus*.

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, c, c/c o art. 210 do RISTJ,

indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 17 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente